

Escritos sob os regimes políticos de Vargas e Mussolini: para uma *fascistização* da infância?

Ademir Valdir dos Santos*

Resumo:

Este estudo analisa a escola no regime de Vargas no Brasil e no de Mussolini, na Itália. Tem como base fontes relacionadas a escritos escolares e à infância: cadernos, livros, jornais, ata, fotografias, panfleto, legislação e objetos da cultura material. Interroga sobre as possibilidades de fascistização por meio do currículo e da propaganda. Evidencia-se a utilização de materiais escolares como artifício ideológico dos governos totalitários. A análise das relações entre as escritas escolares e os contextos brasileiro e italiano revelou a potência das atividades político-culturais de doutrinação da escola. Delinearam-se possibilidades de fascistização em ambos os países, por meio de elementos ora similares, ora contrastantes, corroborando a conceitualização problematizada.

Palavras-chave:

escola; fascistização; escrita infantil; Brasil; Itália.

* Doutor em Educação, docente e pesquisador da Universidade Federal de Santa Catarina. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação e Instituições Escolares de Santa Catarina (GEPHIESC).

School writings under the political governments of Vargas and Mussolini: towards a *fascistization* of childhood?

Ademir Valdir dos Santos

Abstract:

This text discusses schools under the Vargas government in Brazil, and under Mussolini in Italy. It is based on documental sources related to school writings and childhood: school exercise books, books, school newspapers, minutes, photographs, flyers, legislation and objects from material culture. It argues about possibilities of fascistization through the curriculum and propaganda. It highlights the use of school materials as ideological devices of totalitarian governments. The relationships between school writings and Brazilian and Italian totalitarian contexts showed the power of indoctrination of schools. Possibilities of fascistization in both countries were outlined, through either similar or sometimes contrasting elements, supporting the problem and its conceptualization.

Keywords:

school; fascistization; childhood writing; Brazil; Italy.

Escritos bajo los regímenes políticos de Vargas y Mussolini: ¿para una *fascistización* de la infancia?

Ademir Valdir dos Santos

Resumen:

Discute la escuela en el régimen de Vargas en Brasil y en el de Mussolini, en Italia. Tiene como base fuentes relacionadas a escritos escolares y a la infancia: cuadernos, libros, periódicos, acta, fotografías, panfleto, legislación y objetos de la cultura material. Interroga sobre las posibilidades de fascistización por medio del currículo y de la propaganda. Se evidencia la utilización de materiales escolares como artificio ideológico de los gobiernos totalitarios. El análisis de las relaciones entre las escritas escolares y los contextos brasileño e italiano reveló la potencia de las actividades político-culturales de adoctrinamiento de la escuela. Se delinearon posibilidades de fascistización en ambos los países, por medio de elementos ora similares, ora contrastantes, corroborando la conceptualización problematizada.

Palabras clave:

escuela; fascistización; escrita infantil; Brasil; Italia.

Introdução

Devido à quantidade de estudos difundidos sobre a escola e seu papel durante períodos históricos tidos como totalitários, ou conforme o olhar de alguns estudiosos fascistas, pode-se argumentar que já se tenha dito tudo – ou quase tudo! – sobre essa temática. Na visão de Genovesi (2010), a bibliografia que trata desse objeto é vasta e a ‘fascistização’ constitui uma questão *vexata quaestio*, tantas são as problematizações, os argumentos e as interpretações sobre os fatos, assim como é vasta a literatura de base memorial que ainda hoje emerge.

Atento à tal argumentação e considerando o caráter complexo e doutrinariamente controverso da questão, capaz de gerar discussões e polêmicas de múltiplas naturezas, proponho investigar o problema da fascistização escolar em dois contextos: no Brasil, durante a chamada Era Vargas e, particularmente, no Estado Novo comandado por Getúlio e seus aliados; na Itália, focalizando o regime liderado por Mussolini¹.

O texto é organizado em três partes. Inicialmente, são reunidos elementos teórico-metodológicos que propõem suporte à terminologia. A seguir, é elencada bibliografia que objetiva elaborar uma breve abordagem histórica dos ambientes político, econômico, social e cultural do Brasil e da Itália, compondo a construção da identidade fascista. Por fim, exploram-se fontes elaboradas em função da escola: cadernos, livros, jornais escolares, ata de homenagem cívica, fotografias, panfleto, legislação da época e elementos da cultura da escola. A análise e interpretação estão calcadas na identificação e caracterização da fascistização, estabelecendo uma análise que dialoga com outras pesquisas².

¹ Embora Getúlio Vargas tenha governado por dois períodos, refiro-me ao primeiro deles, o intervalo 1930-45. Cabe ressaltar que a indicação do âmbito cronológico não implica um entendimento de que o período seja compreendido como bloco histórico único. São conhecidas as especificidades do Estado Novo (1937-45), as oscilações na atuação de Vargas e seu grupo ao longo do tempo, seja no âmbito político interno, como nas relações internacionais. O comando de Benito Mussolini na Itália é compreendido entre 1922 e 1945.

² Se a natureza do estudo proposto dialoga com perspectivas de educação comparada, não tem a pretensão de se aprofundar na análise das abordagens teórico-metodológicas desse campo, sequer de se constituir em exemplo de uma ou outra vertente. Apenas aponto minha concordância com as conclusões de Correa (2011, p. 267-268), que, com base em “[...] uma compreensão histórico-conceitual da educação comparada a partir dos principais autores que a constituíram como campo de atuação e investigação, bem como as formas metodológicas que eles adotaram,

Da fascistização

Como evidenciam as investigações, à educação escolar formal – inserida do plano da cultura – foi conferido um papel estratégico nas várias ditaduras europeias e latino-americanas da primeira metade do século passado, e no que se refere especificamente à Itália e ao Brasil, são numerosas as obras que abordam a utilização da escola com finalidade formativa vinculada ao doutrinamento³. A discussão orbita ao redor do construto de uma escola fascistizada, em relação a qual é essencial perguntar sobre a medida em que esse fenômeno pode ter ocorrido. Conjuga argumentos relacionados aos juízos analítico-interpretativos sobre o panorama mais amplo tanto na Europa como na América Latina. Nesse complexo de inter-relações, objetiva lançar luzes sobre o debate que focaliza a escola nos cenários ditatoriais italiano e brasileiro. Cabe ressaltar ainda que se consideram especificidades do fascismo⁴, bem como algumas das suas expressões nas circunstâncias históricas.

A palavra fascistização se origina no italiano *fascistizzazione*. No *Dizionario di Italiano* que compõe *l'Enciclopedia*, estão registrados *fascismo*, *fascista*, *fascistizzare* e *fascistizzazione*. O substantivo *fascismo* é descrito como: “[...] qualquer regime totalitário do século XX fundado

diversificadamente, enquanto construção de um marco teórico para a descrição e análise dos sistemas educacionais [...]”, afirma que “[...] existe uma diversidade de classificações na educação comparada [...] e que afetam as metodologias comparatistas”.

³ Elenco: De Felice (2011), *Breve storia del fascismo*; Tacchi (2011), *Fascismo*; Cassese (2010), *S. Lo Stato fascista*; Santos (2010), *Lo Stato Nuovo brasiliano (1937-1945) e la formazione scolastica dell'infanzia: il fascismo 'goccia a goccia'*; De Felice (2008), *Il fascismo: Le interpretazioni dei contemporanei e degli storici*; Scarzanella (2005), *Fascisti in Sud America*; De Grand (2005), *L'Italia fascista e La Germania nazista*; Pandolfi (1999) *Repensando o Estado Novo*; Paulo (1994), *Estado novo e propaganda em Portugal e no Brasil: O SPN/SNI e o DIP*; Müller (1994), *Nacionalização e imigração alemã*; Gertz (1987), *O fascismo no sul do Brasil: Germanismo, Nazismo, Integralismo*; SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA (1987), *Tempos de Capanema*. Observa-se que, na abordagem sobre o Brasil, trata-se mais das regiões meridionais, uma vez que elas tiveram impressas peculiares marcas vinculadas à imigração europeia dos séculos XIX e XX. Tal aspecto constitui premissa que nucleia a abordagem.

⁴ Conceituação e análise mais detalhadas do fascismo, que devido ao formato deste estudo, não podem aqui ser trazidas, contudo estão presentes em algumas das obras referenciadas na nota anterior e às quais remeto o leitor, particularmente na literatura italiana de De Felice (2011, 2008). Também a obra organizada por Genovesi (2010) apresenta perspectivas analíticas sobre tal terminologia, como a do historiador Manacorda.

sobre uma ideologia e uma política econômica do tipo fascista” (DIZIONARIO DI ITALIANO, 2004, p. 1131, tradução nossa). Esta concepção, de caráter amplificável, concorda com o Dicionário do pensamento social do Século XX, ponderando que ‘A definição de fascismo é inevitavelmente controvertida’, localizando o fascismo como regime de alguns países:

[...] uma palavra que designa um gênero singularmente multiforme de política moderna, inspirado pela convicção de que um processo de renascimento nacional (palingênese) se tornou essencial para pôr fim a um prolongado período de ‘decadência’ social e cultural, e expressando-se ideologicamente em uma forma revolucionária de ‘nacionalismo’ integral (ultranacionalismo). [...] Registraram-se movimentos fascistas de destaque na Áustria, Bélgica, Grã-Bretanha, Finlândia, França, Alemanha, Hungria, Itália, Romênia e Espanha, bem como, fora da Europa, na África do Sul e no Brasil (OUTHWAITE; BOTTOMORE, 1996, p. 300, grifos dos autores).

Este estudo se orienta pela localização de um ‘*minimum* fascista’ apoiado em dois aspectos: no mito central da nação renascida e num alto nível de acordos entre os diferentes fascismos quanto às forças propostas e às formas de violência racista e imperialista, mesmo que cada fascismo em particular tenha se nutrido da cultura e história do país onde surgiu para, com isso, legitimar seu combate ao *status quo* e gerar seu conteúdo ideológico (OUTHWAITE; BOTTOMORE, 1996). Quanto ao verbo *fascistizzare*, é significado como “[...] comportar-se como fascista, conformar à ideologia e aos métodos fascistas [...]”, e o substantivo *fascistizzazione* se atrela tanto ao processo como ao resultado da ação que o verbo solicita (DIZIONARIO DI ITALIANO, 2004, p. 1131, tradução nossa).

Por sua vez, a antologia preparada por De Felice (2008) é subdividida em duas partes, o julgamento político e o julgamento histórico, reunindo pesquisas e ensaios sobre as origens e conceituações de fascismo e de regimes denominados totalitários: nomes como Gramsci, Croce, Arendt e Popper são citados. Tal obra propõe uma interpretação do fascismo, conforme seus contemporâneos e historiadores, defendendo-o como um fenômeno da primeira metade do século XX que, a princípio, pode ser tido mais como italiano; num segundo momento, é europeu; posteriormente, chega a ser mundial.

Já na análise de Cassese (2010, p. 13-24), o período fascista italiano pode ser dividido e denotado com base nos traços essenciais do Estado: as persistências, as prioridades da política legislativa fascista, a

concentração de poder, a pluralização, a personalização institucionalizada, a componente racionalizadora e a longa duração das instituições nos anos trinta. Embora tal sistematização pareça indicar uma certa natureza do Estado fascista, este estudo indica as dificuldades do fenômeno em análise:

A primeira descende da variedade de componentes antes ilustradas: estratégias, técnicas, finalidades, métodos de controle social variam conforme o fascismo reutilize materiais precedentes ou use de novos, que isso se inspire em modelos estrangeiros ou não, que seja movido muito mais pela exigência de concentrar ou por aquela de personalizar o poder etc. A segunda deriva do período histórico ao qual se faz referência: fascismo das origens ou fascismo depois da ruptura da legalidade estatutária? Fascismo do início dos anos trinta ou fascismo após as leis raciais?

Sobre o primeiro conjunto de problemas, devemos lembrar que o fascismo não teve uma sua teoria própria, embora declarasse dela ser munido. Tomou-a emprestado de um liberal-hegeliano como Giovanni Gentile e de um nacionalista-estatista como Alfredo Rocco. Além disso, o fascismo teve diversas componentes, aquela demagógico-popular, aquela autoritária, aquela totalitária.

É compreensível, então, porque a natureza do estado fascista seja tão evasiva (CASSESE, 2010, p. 28, tradução nossa).

Pode-se ainda acrescentar um olhar sobre tal fenômeno sob uma história do currículo. É mediante tal perspectiva que *The International Encyclopedia of Education*, orientada por abordagens que consideram a historiografia veiculada em língua inglesa⁵ sobre a história curricular, indica sua contribuição aos chamados perfis nacionais (*national profiles*), apontando que se tem discutido a doutrinação de base ideológica de instituições como a igreja e o estado na determinação dos objetivos educacionais e dos conteúdos de ensino durante os séculos XVIII, XIX e XX.

Compreendida a fascitização como processo histórico e cultural, apresento alguns elementos que emolduram cenários brasileiros e italianos e que auxiliam a compor sua identidade. Apoiado nessa base, reúno indicativos de que tal regime político agiu vigorosamente sobre as instituições, particularmente na escola.

Segundo Paulo (1994), a ação estatal salazarista em Portugal⁶ e a

⁵ Levam-se em conta a produção histórica europeia, notadamente a britânica, além da norte-americana e da australiana.

⁶ Por Salazarismo se intitula o regime político sob comando de Antônio de Oliveira Salazar em Portugal, situado entre 1933 e 1974.

getulista no Brasil têm em comum o fato de que, em ambos os países, foram utilizadas estratégias de difusão fascistas. E é possível estabelecer nexos não somente entre as realidades portuguesa e brasileira, mas arrolar também a Itália e a Alemanha nas relações entre esses governos marcados pelo fascismo e a propaganda de que lançaram mão: “Com a ascensão dos Estados fascistas a propaganda e a censura são as armas mais utilizadas pelos regimes para obter o consenso da sociedade em torno de suas propostas” (PAULO, 1994, p. 15).

Também para Garcia (1999), especialista em comunicação persuasiva, a propaganda é elaboradora da ideologia⁷ e justifica a escolha das instituições escolares como local de ação de base fascista suportada por estratégias de propaganda variadas, uma vez que o nível cultural médio das classes subalternas, os seus interesses manifestos e a sua inserção no sistema são considerados na eleição dos alvos a serem fascistizados:

A precariedade do ensino, praticamente reservado às elites, e o alto índice de analfabetismo eram fatores indicativos de que as idéias a serem propagadas deveriam ser bastante simplificadas e repetidas para despertarem atenção, serem entendidas e memorizadas (GARCIA, 1999, p. 103).

Já na primeira aba do livro *Estado Novo: Ideologia e Poder* (1982), coletânea que, segundo Oliveira, Velloso e Gomes, “[...] tem por objetivo desenhar o perfil doutrinário do Estado Novo [...] através de um esforço de interpretação”, Velloso, (1982, p. 71) argumenta sobre a questão política na configuração do campo intelectual:

⁷ Garcia se apoia no conceito de Althusser, para o qual a Escola é um Aparelho Ideológico do Estado e reproduz relações de dominação. E em períodos de ditadura, as instituições escolares são postas sob controle para reproduzir as relações vigentes. Utiliza ainda a perspectiva de Manheim, para quem a ideologia é induzida pela posição que os agentes ocupam no todo social e é conhecimento existencialmente determinado. E a ideologia não é simples reflexo, sequer pressupõe um sistema estático, mas é antes processo vinculado a uma base existencial que induz e reflete transformações. É conceituada como “[...] um complexo de idéias, desenvolvido por um grupo, induzido por sua posição social, que orienta sua atividade em direção à manutenção ou mudança de uma situação existente” (GARCIA, 1999, p. 24-26, p. 136-139). Apresento esta nota com a específica intenção de situar o leitor quanto à natureza do usos ideológicos trazidos por Garcia, sem querer indicar que a mobilização dos conceitos de Althusser e de Manheim seriam suficientes na análise.

Na trajetória da vida política nacional, o Estado Novo (1937-45) continua sendo um período um tanto enigmático, que desafia incessantemente explicações e reconstituições já dadas. [...] É preciso considerar que junto a estas condições objetivas – conjuntura internacional de guerra, emergência de regimes autoritários – foi elaborado um projeto político-ideológico extremamente bem articulado, que soube capitalizar os acontecimentos, reforçar situações e, sobretudo, convencer da preeminência de uma nova ordem, centrada no fortalecimento do Estado.

Quanto ao apelo à propaganda em geral, bem como àquela destinada às instituições escolares no Brasil, há um consenso de que focalizaram notadamente a região Sul onde se situavam as zonas de imigração italiana e alemã⁸. Especialmente as escolas comunitárias ou privadas fundadas por imigrantes europeus e seus descendentes nos núcleos de colonização foram vistas como ameaças aos intentos políticos da Era Vargas, sendo alvo de campanhas de nacionalização e assim podendo ser enquadradas no contexto de fascismo exposto por Outhwaite e Bottomore (SANTOS, 2010; TRENTO, 2005; BOMENY, 1999; SEYFERTH, 1999; PAULO, 1994; GERTZ, 1987).

Entre os atores da cena pública brasileira alinhados ao governo de Vargas, destaca-se Francisco Campos, nomeado Ministro da Educação e Saúde logo no início do governo. Para Garcia (1999), Campos foi um dos principais ideólogos do Estado Novo, buscou legitimar o sistema político da época e teria imprimido um ideário de base fascista que foi incorporado à Carta Constitucional de 1937. Em sua defesa de um Estado forte e intervencionista, foi o principal responsável pela elaboração do arcabouço jurídico estadonovista, cuja argumentação sólida defendia a ditadura como o regime apropriado para o Brasil (CAMPOS, 2002). Nem por isso Campos ficou imune ao oscilante jogo de forças do Estado Novo. Renunciou em 1940 após atritos com o Ministro das Relações Exteriores, Osvaldo Aranha, que criticara os fundamentos da obra *O Estado Nacional*, na qual Campos defendia o autoritarismo e posicionava a democracia como algo fantasioso. Um paradoxo se explicitou: “Interessante, um governo nitidamente nazi-fascista perseguir um político por defender idéias igualmente nazi-fascistas” (CAMPOS, 2002, p. 6).

Ao nome do Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, que atuou entre 1934 e 1945, também são associadas estratégias que

⁸ Sabe-se da presença de outros grupos étnicos na população. Apenas se quer evidenciar aqueles mais numerosos e que, aos olhos governistas, constituíam um ‘perigo’ à nação brasileira. Nos regimes fascistas, a questão racial tinha lugar de destaque.

atingiram o plano cultural e suas instituições, notadamente a escola: “O ensino foi posto sob controle através de diversas normas, principalmente através da Reforma Capanema (1942); pela verificação e regulamentação dos livros didáticos e pelo processo de militarização escolar, com a criação da Juventude Brasileira” (GARCIA, 1999, p. 87).

Por sua vez, Rodrigues (2006), em Documentos sobre Fascismo e Anti-Fascismo no Brasil, propõe que o fascismo no Brasil tenha se nutrido de ideias políticas de extrema direita, mascarado sob um ‘trabalhismo controlado por leis de exceção’ e pela ‘Ação Integralista’:

O trabalhismo agitado pelos homens que tomaram o poder nas mãos a partir de 1930 era uma miscelânea de fascismo italiano com uma compreensível dose de novidades enxertadas pelos encarregados da interpretação, tradução e ajuste aos costumes e necessidades brasileiras, acrescido de meios constitucionais para prorrogar indefinidamente o governo provisório (RODRIGUES, 2006, p. 5).

Sua explanação segue:

O Integralismo tinha um pouco de fascismo italiano, um pouco de nazismo alemão, com um tempero português e brasileiro, visava servir a Deus, ao Papa e levar ao poder uns poucos egocêntricos capazes de transformar o Brasil num vasto campo de concentração (RODRIGUES, 2006, p. 5).

No que diz respeito à Itália, se alude à crescente fascistização do Estado e da sociedade a partir da segunda metade dos anos 1920, segundo vertentes que relacionam o fortalecimento do fascismo à atividade sobre a cultura:

A esta interpretação é alinhada uma visão mais articulada, atenta aos instrumentos culturais postos em campo pelo regime. Existiu, sem dúvida, uma política cultural do fascismo, almejada de fascistizar a cultura existente e a criar *ex novo* institutos, entes e aparatos culturais nos quais, graças justamente à presença dos intelectuais mais ou menos comprometidos com o regime, se explicou [...] a política cultural e propagandística do fascismo (TACCHI, 2011, p.123, tradução nossa).

No âmbito da educação, o regime italiano também contou com dois homens fortes. Segundo Tacchi (2011, p. 82, tradução nossa), o ministro Gentile marcou o início da ação do ‘Estado Educador’:

Em 1923 o ministro da instrução Pública Giovanni Gentile iniciou os procedimentos de reforma da escola relativos às várias ordens e graus. A ‘mais fascista das reformas’,

como enfaticamente a apresentou Mussolini, teve uma forte marca autoritária e era coerente com os princípios pedagógicos do *attualismo*⁹ gentiliano. O estado ‘educador’ devia dar prova da própria força primeiro na escola, depois na sociedade: não somente a estrutura escolar foi reorganizada em sentido estreitamente hierárquico, mas do ponto de vista pedagógico-ideológico [...] foi introduzido o exame de estado, equiparando, assim como queriam os católicos, as escolas privadas àquelas públicas; e sempre na ótica de concessões à Igreja, o ensino da religião católica torna-se obrigatório nas escolas elementares.

Horta (2008), ao propor uma análise das reformas do sistema educacional italiano ocorridas entre 1922 e 1923, trata a questão sob o que intitula ‘Educação na Itália Fascista’, evidenciando a aproximação político-filosófica entre ‘idealistas’ e ‘fascistas’ – esta não isenta de conflitos históricos –, mas que teria contribuído para que Mussolini levasse adiante um programa escolar consonante a um Estado totalitário, num cenário em que os princípios filosóficos idealistas defendidos por Gentile eram convenientes. No campo educacional, quer sob perspectiva administrativa como pedagógica, havia se configurado certa dualidade entre perspectivas de centralização e controle e uma potencial liberdade docente; sob tal ponto de vista, o regime se nutriu de um pensamento dual, utilizado para confundir a população italiana e gerar a aceitação de uma pretensa perspectiva libertadora vinculada ao fascismo. Evidencia ainda que se, por um lado, a Reforma Gentile imprimiu modificações na organização escolar em que apregoavam a autonomia didática, buscando efetivamente diminuir o controle sobre a docência realizado pela inspeção escolar, de outro, exarou medidas contraditórias:

Ao mesmo tempo em que defende a liberdade didática do professor e procura suprimir toda interferência exterior em sua ação dentro da sala de aula, Gentile reforça a estrutura autoritária da escola, ampliando o poder do *preside*¹⁰ e do diretor didático (HORTA, 2008, p. 193).

Na Itália, em uma primeira etapa da implantação do regime fascista, a propaganda fazia um uso desordenado dos meios de comunicação, mas com foco na escola:

⁹ O *attualismo* é a doutrina filosófica de Gentile, que põe no espírito, entendido como ato puro, o princípio absoluto da realidade. (DIZIONARIO DI ITALIANO, 2004).

¹⁰ O *preside* tinha a função de administrar a escola junto aos professores, sendo escolhido entre os docentes do sexo masculino. Essa figura de funcionário estatal deveria garantir a fidelidade dos docentes aos princípios do regime fascista.

Desde 1922 o Ministério da Educação, chefiado por Giovanni Gentile, cuida não só do afastamento dos docentes contrários ao regime e da formulação dos currículos escolares, mas também da introdução das organizações da juventude fascista no cotidiano escolar (PAULO, 1994, p. 15).

Na escola italiana, foram institucionalizadas intenções fascistas voltadas à infância e juventude:

Nas escolas do ensino primário e secundário as práticas fascistas iniciam-se aos quatro anos, quando o menino é levado a participar de um grupo que possui o nome mitológico de ‘Os filhos da Loba’, uma clara alusão à mística do Império romano. Aos oito anos transforma-se num *Balilla*, designação retirada do nome de um jovem genovês, Giovanni Batista Perasso, de alcunha *Balilla*, que em 1746 dera o sinal para a revolta contra os austríacos que ocupavam o território. Aos quatorze anos os jovens são convertidos em *Avanguardisti* [...]. (PAULO, 1994, p. 15).

Das fontes

Mergulho agora nos documentos e analiso, desde sua capa, um caderno escolar italiano. O ‘Diário’ de Mario Dal Mas, um menino nascido em Belluno em 1931, portanto em plena era fascista, reflete aspectos da atividade escolar da época em que foi usado. É datado de 1939, ano em que, segundo uma anotação a lápis no verso da capa, ‘Mario ha 8 anni’ (Mario tem 8 anos). Como exigido, o pequeno Mario participou das organizações juvenis do Partido Nacional Fascista. Por isso, sua família conserva sua faixa de *Figlio della Lupa* (Filho da Loba) (Figura 1).

Mario passou sua infância em Belluno, sede de província. Estudou na escola elementar dedicada a Aristide Gabelli, um pedagogo da localidade, que foi construída sob o regime fascista por obra de Pierina Boranga, secretária do *Fascio*¹¹ feminino de Belluno. Pode-se ter uma ideia da estrutura escolar, lendo o manuscrito de um sobrinho de Mario:

Escola estatal, portanto, mas de vanguarda: Boranga quis salas grandes e luminosas, por motivos de comodidade e de saúde dos alunos (uma classe de 25 crianças, para se ter uma ideia concreta, está muito cômoda), um amplo pátio, uma rica biblioteca e dois laboratórios, um para os meninos, outra para as meninas. Aos meninos se ensinavam as bases do fazer de marceneiro, às meninas aquela que se chamava economia doméstica:

¹¹ *Fascio*, no plural, *Fasci*, é a denominação que indicava as muitas associações e grupos políticos e paramilitares vinculados ao Partido Fascista.

saber ter em ordem a casa, cozinhar, bordar,... [...] Uma estrutura externa servia, na boa estação, para as aulas ao aberto. Enfim, no centro do pátio, se encontra ainda a haste da bandeira, em torno da qual a escola se reunia para as manifestações patrióticas (ANDRICH, 2012, tradução nossa).

Figura 1 – Faixa de *Figlio della Lupa* (Filho da Loba) que pertenceu ao aluno Mario Dal Mas.



Fonte: Acervo da família Andrich (Vallada Agordina, Itália).

A descrição é orientada por uma recente visita às instalações escolares hoje inativas. Porém, como o sobrinho de Mario, Cesare Andrich, também estudou ali tempos atrás, completa seu relato com base em dados advindos da própria experiência como aluno na escola Gabelli:

Todas essas coisas conheço não dos livros mas pessoalmente, tendo passado ali os meus cinco anos de escola elementar. Outras coisas aprendi visitando uma exposição em que foi reconstruído, com os móveis originais, o interno das salas de aula da escola Gabelli: como em todas as escolas da Itália, na época sobre a cátedra do professor se encontrava no alto, preso à parede, o crucifixo, enquanto, um pouco mais em baixo em sinal de respeito, os retratos do Rei e de Mussolini. (ANDRICH, 2012, tradução nossa).

Quanto ao caderno, as imagens sobre a capa ilustram a guerra da Etiópia, exaltando a política externa nacionalista e imperialista impulsionada pelo fascismo. Segundo Tacchi (2011, p. 183, tradução nossa), “O imperialismo prefascista pressupunha um direito da Itália à expansão no Mediterrâneo (o *Mare nostrum*), na África e no Adriático”; além do desenho, aparece o texto: “As populações da zona de Dessiè se apresentam ininterruptamente ao Comando do Corpo de Armada eritreu para fazer ato de submissão. Os habitantes confraternizam rapidamente com os nossos *ascari*” (SCUOLA ELEMENTARE ARISTIDE GABELLI, 1939, tradução nossa)¹². Esse artefato do trabalho escolar estampa finalidades defendidas pelo fascismo, de modo a inculcar tais mensagens na população infantil. Apregoa tacitamente uma superioridade dos europeus em relação aos africanos, de fundamento racial discriminatório.

Adentrando o caderno, depara-se com um texto que descreve a participação da Itália na Primeira Guerra Mundial e onde se destaca a bravura dos soldados italianos diante dos austríacos. Tais episódios impressos no artefato escolar certamente tocaram o pequeno Mario, uma vez que seu pai, Ugo Dal Mas, em 1912, se uniu à *Arma del Genio*, uma guarnição especializada do exército italiano, responsável pela construção de estradas, pontes, fortificações ou quaisquer outras edificações que pudessem servir de apoio ao exército. Além disso, Ugo participou da guerra da Líbia (1912-13) e Primeira Guerra Mundial, também combatendo na Itália e no *front* francês. Em 1918, foi promovido oficial e participou da vida política local como funcionário do Partido Nacional Fascista (ANDRICH, 2012). Sob esse ponto de vista, o caderno funcionava como instrumento de propaganda do fascismo que chegava à infância.

Em algumas páginas, são descritos fatos do ambiente escolar, como quando a professora contava fábulas, assim como episódios domésticos e familiares que envolveram Mario. Em um desses textos, o menino descreve a ida com seus pais para assistir a uma representação da *Aída* pelo *Carro di Tespi*, companhia de teatro itinerante criada em 1930, apoiada pelo regime fascista e que objetivava levar a ópera às massas. Registrou:

O teatro estava completamente cheio de gente chegada dos mais longínquos países da província. A cena de que mais gostei é aquela do retorno do exército faraônico vencedor

¹² O termo italiano *ascaro* designa os “[...] soldados indígenas das colônias italianas da Eritreia e Somália” (DIZIONARIO DI ITALIANO, 2004, p. 246, tradução nossa).

da Etiópia. O palco cênico estava cheio de guerreiros (SCUOLA ELEMENTARE ARISTIDE GABELLI, 1939, tradução nossa).

Entende-se que o conteúdo, de intenção militarista, atingia a infância ao lançar sementes de sabor fascista sob a escrita.

Já o caderno utilizado pelo professor catarinense Gustavo Tank constitui exemplo da escrita escolar da época estadonovista brasileira. Ao folheá-lo, é possível identificar a preocupação docente com o planejamento de atividades nacionalizadoras. Há uma relação das ações da semana letiva em que se nota a ênfase na Linguagem Oral, Escrita e Leitura e na Aritmética – práticas diárias, ao lado da História e Geografia. Constam também o Canto e os ditados, além do item Diversos (CADERNO, 1939). A escrita professoral, ora a lápis, ora a tinta, mostra o planejamento que conta ainda com cartas, letras de músicas e traduções¹³. Em uma das páginas, há um texto, enaltecendo o governo. Ficam evidentes as dificuldades na escrita do português do próprio professor, descendente de imigrantes e bilíngue, de quem se exigiu a mudança na prática para atender aos moldes da nacionalização:

Governo do Brasil

O Brasil tem o seu governo. Esse governo chamase Governo Brasileiro. Um paiz como o Brasil que tem o seu governo proprio chamase Nação Soberna. Cada nação soberana governa se sosinho sem render obediencia a uma outra nação. (sic) (CADERNO, 1939).

Os cadernos são entendidos como um suporte peculiar da escrita infantil elaborada nas práticas escolares. Sob essa perspectiva, podem testemunhar sobre a prática e o envolvimento de outros atores do processo educacional (como professores, diretores e inspetores) e desvelar até que ponto funcionam como um instrumento pedagógico de controle, homogeneização e inculcação de arbitrariedade cultural sob um regime ditatorial, revelado por meio da escrita na sala de aula (ANGULO, 2008).

Os livros didáticos também podem ser vistos como instrumentos de uma propaganda dirigida à escola, que atua diretamente na classe e atinge o alunado por intermédio da ação docente, com finalidade de inculcação ideológica relacionada ao currículo. O *Programa de ensino das escolas isoladas das zonas coloniaes* (SANTA CATARINA, 1926) é uma peça da

¹³ Quanto à tradução como recurso didático-pedagógico, cabe lembrar que muitas eram as escolas que atendiam filhos de imigrantes europeus, que necessitavam aprender a Língua Portuguesa.

legislação exarada para controlar a docência nas escolas tidas como ‘estrangeiras’ espalhadas pelos núcleos de colonização europeia. Seu teor mostra a presença dos princípios nacionalistas que já orientavam a educação desde o pós-Primeira Guerra Mundial e que se perpetuaram pelas décadas de 1920 e 1930. Detalha o uso de Cartilha e Livros de Leitura, bem como as atividades didáticas para Linguagem Oral, Linguagem Escripta, Leitura, Arithmetica, Cantos, Geographia, Historia do Brasil, Educação Moral e Cívica, Hygiene, Gymnastica e Trabalhos Domesticos (na Secção feminina) (SANTA CATARINA, 1926). Particularmente no Estado Novo, a legislação foi carregada de preceitos nacionalistas e lançava mão de fundamento racial para justificar a busca pelo abasileiramento e pela formação cívica das populações presentes no território brasileiro, tidas como alienígenas (SANTOS, 2009).

Ao mesmo tempo, visando o controle da ação docente, o governo local estabeleceu estratégias de ampliação e revigoramento da inspeção escolar, conferindo aos inspetores a função de verificar se os ditames legais e sua base doutrinária político-pedagógica estavam sendo obedecidos:

Ao inspetor escolar compete organizar, trimensalmente, relatório relativo às visitas aos estabelecimentos de ensino, mencionando a data, a situação do ensino, dos corpos docente e discente, do edifício escolar e do meio social respectivo; propor às autoridades competentes as medidas de interesse para o ensino e serviços propriamente de inspeção; orientar aos diretores dos grupos escolares e das escolas a respeito dos dispositivos que regulam a administração escolar e a disciplina do magistério; [...] fiscalizar os estabelecimentos de ensino mantidos ou subvencionados pelas municipalidades, verificando se a orientação do ensino e a direção da escola obedecem aos regulamentos do Estado; promover conferências relativas aos métodos e processos de ensino dedicadas ao magistério e palestras cívicas para a educação popular (art. 17 do dec. no. 794, de 2/5/914) (SANTA CATARINA, 1942, p. 45).

O conteúdo escolar também foi reformulado na escola italiana a partir da Reforma Gentile, de 1923. Assim, o currículo da escola elementar passou a incluir Canto, Nações várias e cultura fascista, História e cultura fascista, Disciplina (Conduta), Educação física, Trabalhos domésticos e manuais e Higiene e cuidados das pessoas, entre outras. É o que se verifica na *Pagella Scolastica*, ou seja, Boletim Escolar, da menina Fiorenha Ganz, então com 9 anos, que estudava na 3ª Classe da Escola Elementar Mista de Falcade, Província de Belluno. O seu boletim evidencia não apenas dados de frequência e aproveitamento na escola, mas serviu para registrar sua adesão às organizações

infantojuvenis do fascismo. Por isso, a capa tem não apenas a inscrição Ministério da Educação Nacional, mas também *Opera Balilla* (Obra Balilla). E no interno, o documento assinala que a menina foi inscrita na Opera Nazionale Balilla com a carteirinha 1131734. Vivia-se o Ano Escolar 1932-1933, Ano XI da Era Fascista (SCUOLA ELEMENTARE MISTA COMUNE DI FALCADE, 1933). Nesse caso, vê-se que não apenas os rapazes eram associados àquela organização de promoção do culto ao fascismo. Comunica ainda a criação de matérias escolares específicas para a composição histórica de uma ‘Nova Era’.

Quanto ao Ensino Primário sob a reforma de 1923, afirma Horta (2008, p. 197):

[...] sob o ponto de vista dos métodos e programas introduzidos na escola, a reforma era liberal e progressista; sob o ponto de vista da estrutura implantada no sistema de ensino, ela era conservadora e traduzia a concepção gentiliana de escola elementar.

Assim, é possível afirmar que, sob o fascismo italiano, a escola primária não objetivava o acesso à cultura superior. Ou seja, a escola elementar destinada ao povo tinha finalidade restrita e terminalidade em si mesma. Sobressai uma convergência quanto ao escopo da escolarização infantil apontado por Garcia (1999): tal como no projeto de governo de Vargas, a propaganda foi associada ao aparelho escolar italiano, destinada àqueles das classes subalternas e que receberiam uma formação inferior, tornando-os alvos susceptíveis à doutrinação.

Diversas percepções sobre a penetração do fascismo na escola foram recolhidas na obra organizada por Genovesi (2010), intitulada *C'ero anch'io! A scuola nel Ventennio – Ricordi e riflessioni* (Eu também estava! Na escola no Vintênio – Recordações e reflexões), na qual personalidades testemunham com base em suas lembranças da infância e juventude nas instituições escolares italianas durante o regime. O historiador marxista Mario Manacorda, um dos depoentes, refaz seu percurso discente durante a escola elementar, o ginásio, o liceu e a universidade, comentando que suas recordações são compostas de *flashes* isolados onde se mesclam elementos fascistas, antifascistas e afascistas; lembra de atitudes docentes de subserviência, mas também de protesto contra o regime, do autoritarismo e de aspectos ideológicos. Sobre os anos no liceu, afirma: “A escola era muito étnica, nacional, ao invés nacionalista. [...] era uma cópia menor das culturas nacionalistas do resto da Europa.” (MANACORDA, 2010, p. 40-41, tradução nossa).

No Brasil, a utilização da escola como veículo para difusão dos

objetivos do nacionalismo fascistizante levou à produção de propaganda. Destacamos dois exemplares desse típico material: a Lembrança oferecida pelo Departamento de Educação e o livreto *O Brasil é Bom*, do Departamento Nacional de Propaganda (DNP).

A Lembrança consiste em um panfleto dobrado em três partes, contendo seis abas. Há uma bandeira brasileira nas cores padrão ao lado do Hino. Na aba frontal central, aparecem o brasão nacional e a identificação do Estado de Santa Catarina. Em maiúsculas, ao centro, está escrito: LEMBRANÇA oferecida pelo Departamento de Educação 1938. A primeira aba externa traz o texto *A Pátria*; a última tem uma *Oração à Bandeira*. As três abas internas apresentam, respectivamente, o *Hino da Independência*, o *Hino Nacional* e o *Hino à Bandeira* (SANTA CATARINA, 1938). A presença desse documento nas escolas que atendiam crianças descendentes de imigrantes europeus revela que houve iniciativas estatais de realizar uma propaganda massificadora nas comunidades escolares, de tom eminentemente panfletário!

Orientado pelo mesmo ideário, *O Brasil é Bom* é um livrinho em que consta a exaltação do Estado Novo e das coisas brasileiras, sendo priorizado o aspecto linguístico como indicador do pertencimento à nação. Em um sentido mais amplo, que todos passassem a usar a ‘nossa língua’ era tarefa não somente da escola dos imigrantes, mas também de cada sujeito configurado no perfil do bom brasileiro. A redação de suas 30 partes também utiliza o recurso de apresentar perguntas ao leitor. As respostas oferecidas têm um tom infantilizante, com frases ricas em adjetivação que pretendem caracterizar, sob repetidos elogios, o regime político e a liderança ideais. O item *Assim* introduz:

O Brasil é bom. Porque o Brasil é bom? Isso é que o menino quer saber. É fácil explicar porque o Brasil é bom, porque é grande e forte. Porque produz, porque seu solo é rico, porque tem uma natureza prodigiosa, porque seus filhos trabalham. Mas o Brasil é bom sobretudo porque tem o governo que lhe convém. O Estado Brasileiro é soberano (BRASIL, 1938).

Como é próprio na propaganda ideológica dos regimes políticos dessa natureza, há constante enaltecimento do ‘chefe’, concebido como figura paterna e líder consensual:

O governo é a ação do Estado. O chefe do governo é o chefe do Estado, isto é, o chefe da grande família nacional. O chefe da grande família feliz. Por isso, o chefe do governo é o chefe nacional. Quem é o chefe nacional? É o chefe do governo. Quem é o chefe do governo? O menino sabe que é Getúlio Vargas. Getúlio Vargas é um homem que sorri.

Sorri porque tem confiança no Brasil. Todos os brasileiros devem ter confiança no Brasil. Getulio Vargas é o chefe nacional pela vontade do povo brasileiro (BRASIL, 1938).

O Estado Novo é apresentado como o remédio para um país que renasce e se revigora sob o signo da união: “O Brasil é bom. Mas, antigamente, o Brasil não era bom assim. O Brasil estava doente. O Brasil estava ameaçado de desagregação. [...] Não ha mais brigas. Agora, sim, o Brasil é feliz” (BRASIL, 1938).

Na textualidade dos regimes, quer no Brasil como na Itália, as tácitas mensagens destinadas à fascistização recorrem ao ideário que as associa a instituições como a família e a igreja. Mas também dirige crítica aos inimigos políticos que seriam vinculados ao extremismo. No caso brasileiro, o item 8 d'O Brasil é Bom ataca o comunismo e o integralismo, definidos como “[...] regimes importados, [...] de tirania e violência [...] que esmaga os cidadãos com o rôlo compressor do Estado” (BRASIL, 1938). E, embora a face fascizante de Vargas e de seus seguidores seja desvelada ao longo de seu governo, esta não corresponde a uma autoidentificação, pois no mesmo texto de ataque aos extremistas comunistas e integralistas, consta: “Ha outros extremistas, tão perigosos como êsses. São os que querem implantar no Brasil o fascismo, copiado de partidos estrangeiros. O Brasil não precisa de regimes importados, porque o Brasil é quem manda na casa do Brasil” (BRASIL, 1938). As alianças e aproximações de Vargas com o nazismo, por exemplo, são escondidas.

No corolário de justificativas para o Estado Novo, consta uma radical defesa da pena de morte constante da Constituição de 1937. Faz pasmar a tentativa de amenizar a proposta sob linguagem destinada às crianças: “Pena de morte? Sim, senhor. O menino não fique espantado. A pena de morte não é para o bom cidadão. Não é para o bom brasileiro”; mais adiante, explica-se que sua adoção não é motivo de vergonha para o Brasil:

Os Estados Unidos teem pena de morte e os norte-americanos não se envergonham disso. A Inglaterra tem a pena de morte e não se envergonha disso. A Alemanha tem pena de morte. A Italia também tem pena de morte. A Russia tem pena de morte tambem. Estados liberais, Estados facistas e Estado comunista, todos teem pena de morte (BRASIL, 1938).

Há ainda uma listagem de motivos que a ‘justificam’, mas que ressalva: “A pena de morte é um meio de livrar o país dos inimigos da

Pátria!” (BRASIL, 1938). O Brasil de Vargas é apresentado com uma característica que o identifica com nações que, em outros momentos da propaganda, são apresentadas como repugnantes.

Corroboro o raciocínio seguinte, que evidencia o nacionalismo palingenésico:

Paralelamente à difusão de uma imagem negativa do passado da sociedade brasileira, a propaganda estadonovista orientava uma campanha de valorização nacional, procurando instilar um espírito de patriotismo e de confiança em relação ao país e seu futuro.

[...] de molde a sugerir otimismo em relação ao futuro e, assim, criar condições que permitissem despertar credibilidade em relação às diversas medidas que eram propostas (GARCIA, 1999, p.114-115).

Mas a oscilação na política de relações internacionais de Vargas é hoje documentada. Opto por aludir à forma como a filha de Getúlio reconta uma visita à Alemanha de Hitler. Nas suas memórias, Alzira Vargas fala sobre o que assistiu quanto ao projeto de formação infantojuvenil sob o Reich. As controvertidas mudanças que acompanharam Vargas nas relações políticas internacionais e tiveram impactos nas decisões internas no Brasil assumem tonalidades polêmicas quando se lê esse relato feito pela filha do Chefe. Sobre a visita à Alemanha em 1937, quanto à educação juvenil sob o nazismo, avalia:

Não tenho a menor dúvida de que êste país se prepara a guerra e guerra próxima. Dois gigantescos oficiais da Guarda Negra, às ordens de mamãe, nos acompanharam dia e noite e nos fazem visitar as obras do *Führer*. Fomos ao Ginásio de Hitler: os exercícios físicos a que se submetem meninos de 13 e 14 anos visam exclusivamente a adestrá-los para combater. Rastejam no chão como se estivessem se movendo em um campo de batalha, sob metralhadoras. Atravessam estreitos e longuíssimos tubos de ferro como para habituar os olhos à escuridão, os pulmões à precariedade de ar puro e o corpo à exigüidade de uma trincheira. Lançam pedras, pedaços de madeira e objetos pesados a grandes distâncias, como quem lança uma bomba. Escalam muralhas de 2 a 3 metros com a rapidez e o silêncio de quem assalta uma posição fortificada (PEIXOTO, 1960, p. 283).

Do mesmo modo, o Estado Novo reservara um lugar à infância e juventude brasileiras às quais propunha conformar. Os exercícios de Ginástica visavam incutir obediência e respeito, circunscritos numa perspectiva de militarização infantil. No caso das reformas do ensino catarinense nas primeiras décadas do século passado, por exemplo, numerosa é a literatura destinada à orientação docente com características similares àquelas produzidas sob regime autoritário. Os Exercícios de

Gymnastica – Usados nas escolas publicas do Estado de Santa Catharina reúnem instruções ‘Preliminares’ como “O professor dará as vozes, tendo em vista que ellas sempre se compõem de dois tempos: o de ‘advertencia’ e o de ‘execução’, [...] Exercicios preliminares para formatura [...]” como ‘Direita – volver’, ‘Descan-çar’ e ‘Sentido’¹⁴, Formatura e Exercicios calistenicos, sendo estes últimos destinados também às seções femininas (SANTA CATARINA, 1920, p. 1-2) . A fotografia explicita esse caráter militar que impregnou a educação da infância (Figura 2). Essa militarização se espelhava ainda nos ideais do escotismo como modelo de formação.

Figura 2 – Educação Física escolar com caráter militar, em escola de região meridional brasileira, durante a campanha de nacionalização.



Fonte: Arquivo Histórico Eugenio Victor Schmoeckel – Santa Catarina (1920).

Outro documento que pode ser visto como propaganda de intenção fascistizante é o Catecismo Cívico do Brasil Novo. Como Catecismo que se apresenta à população, pretendia, de fato, catequizar, ou seja, “[...] doutrinar sobre questões sociais; ensinar; procurar convencer; aliciar” (FERREIRA, 1963, p. 255). Analiso o conteúdo em um exemplar

¹⁴ Conjugava-se a atitude do professor com aquela da criança, à moda de uma relação militar: “Quando as vozes se compuzerem de um único termo, o professor deverá pronunciar as primeiras syllabas, descansadamente, e as ultimas rápida e carregadamente; exemplo: descans . .çar. sen . . tidô, deban . .dar, al .to” (SANTA CATARINA, 1920, p.1-2).

carimbado por uma Sub-Delegacia de Política de uma cidade do interior catarinense, datado de 1939. Esse dado indica a circulação, no sul do Brasil, de material com finalidade doutrinária a serviço da divulgação da imagem de Vargas e do regime. O Catecismo, publicado pelo Departamento Nacional de Propaganda (DNP), tem 36 páginas divididas em 10 seções: A Nacionalidade, Deveres para com a Pátria, Defeza Nacional, O Princípio da Autoridade, O Regime Autoritário, Direitos do Brasileiro, Organização Nacional, O Estado Novo e os Interesses do Povo, Organização e Desenvolvimento do Estado Novo e Confiança no Futuro do Brasil (BRASIL, 1937). A escrita é organizada em Perguntas e Respostas, buscando uma comunicação didaticamente orientada para gerar uma fácil compreensão, revelando um tom nacionalizador exacerbado.

A forma como a infiltração fascistizante chegou às escolas é também exemplificada na produção de jornais escolares de autoria das crianças – escrita infantil gerada sob uma estética subordinada ao controle. Tive acesso a um conjunto de onze edições de um jornal produzido por alunos da segunda e terceira séries da Escola Isolada Municipal Luiz Delfino, situada no nordeste catarinense onde havia núcleos de imigração europeia compostos majoritariamente por alemães e italianos. Intitulava-se *Tudo pelo Brasil* e os exemplares remanescentes foram feitos entre 1941 e 1944. Os textos são escritos e ilustrados pelas crianças, mas há cópias de trechos de livros didáticos e de material de propaganda do Estado Novo que foi distribuída naquela região (como *O Brasil é Bom* e *O Catecismo Cívico*), repletas de frases de efeito.

O teor de cada uma das edições tem elementos comuns: alusões a heróis nacionais, às datas vinculadas à constituição da nação ou que festejavam os líderes, mas, principalmente, trazem discursos apologéticos sobre Vargas e o Estado Novo. A edição de abril de 1942 festeja o aniversário de Getúlio:

O aniversário do Presidente Vargas nesta escola. Aos desenove dias do mês de abril de mil novecentos quarenta e dois (1942) associando-se aos festejos do natalício do Presidente Vargas foi organizado uma festa interna nesta escola, regida pela professora regente, Juliana K. V. Coutinho.

Tendo comparecido os alunos matriculados nesta escola, cantaram aclamaram reciaram saudações e cantaram hinos. (*sic*) (TUDO PELO BRASIL, 1942).

No mesmo jornal, encontro o texto *Salve Getulio Vargas*:

Brasil, oh rincão querido
Invejado pelo mundo novo
Está contigo o nosso futuro
Porque pretendiam
Dominar teu povo
Surgiu Getulio Vargas
O grande chefe brasileiro
Que entre seus filhos
Como herói foi o primeiro
[...] Porque existia em teu seio
Entre os valores verdadeiros
Getulio Vargas que veio
Mostrar ser o Brasil dos Brasileiros (*sic*) (TUDO PELO BRASIL, 1942).

Instrumento de uma propaganda que chegou de modo capilarizado às instituições escolares, seja nas capitais, seja no interior dos estados brasileiros, o jornal escolar pode ser visto como difusor do ideário que sustentava as intenções de fascistização. De acordo com Paulo (1994, p. 66), a presença de uma imagem paternalista de Vargas nas escolas é comum: “Ele é o grande herói dos jovens e crianças e o seu nome está presente nas comemorações e nas cantigas escolares.”

Várias são as atas, descrevendo rituais nas escolas com finalidade de inculcação cívico-patriótica. Um dos mais comuns eram as homenagens. Em uma ata datada de 4 de maio de 1943, há uma programação referente ao ‘Programa da Festa do Dia do Brasil’:

- I. As oito horas início com a formatura de todos os alunos na porta da escola.
- II. Astejamento da Bandeira Nacional e Hino Nacional cantado por todos os presentes.
[...] V.A Patria (poesia) por Alfredo Müller.
[...]VIII. Preleção sobre a data pela a professora.
- IX. Saudação a Bandeira por todos os alunos. (*sic*) (ATA..., 1943).

Também a música e o Canto, como elementos do trabalho pedagógico, foram amplamente utilizados. Segundo Amato (2007, p. 212), “A música teve, juntamente com o rádio e o cinema, um papel central no esforço educativo do Ministério da Educação e Saúde”. O Canto Orfeônico, introduzido por Villa-Lobos, foi incluído na escola e, de acordo com a autora, “[...] a implantação na escola do Estado Novo do ensino do canto coletivo consistiu em um movimento didático-político-musical” (AMATO, 2007, p. 218). Mostra da chegada dessa iniciativa é o manual *Hymnos Patrioticos e Canções Escolares* (SANTA CATARINA,

[192-]), localizado junto do material de um docente que atuou na região de Blumenau nos anos 1930-1940, em cuja capa encontra-se a anotação “Aprovado e recommendado pela M. Directoria da Instrucção publica e pelo Emxo. Snr. Inspector Escolar Federal”, evidenciando seu pertencimento aos itens de propaganda. O índice arrola 52 canções com partitura, que incluem hinos e canções para o público infantil. Cito os versos de Sou Brasileiro, que enaltece o pertencimento à nação:

Sou brasileiro!
Mesmo pequenino
Ponho na Pátria
Todo o meu destino
Almo, fagueiro...
Cantarei o hymno
Sou brasileiro! (SANTA CATARINA, [192-]).

Na Itália, cada instituição fascista tinha seu hino. São as canções do regime. Uma das mais famosas é *Giovinezza*, hino de 1922. Destaco alguns de seus versos:

Dell'Italia nei confini
Son rifatti gli italiani;
Li ha rifatti Mussolini
Per la guerra di domani.
Per la gioia del lavoro
Per la Pace e per l'alloro,
Per la gogna di coloro
Che la patria rinnegar.
Giovinezza, Giovinezza,
Primavera di bellezza
Della vita nell'asprezza
Il tuo canto squilla e va! (STORIA..., 2012)¹⁵.

A música foi usada como produto cultural que podia espelhar o ideal

¹⁵ Da Itália nos confins / São refeitos os italianos; / Os refez Mussolini / Para a guerra de amanhã. / Para a alegria do trabalho / Para a Paz e para a glória, / Para a condenação daqueles / Que renunciarem à pátria. / Juventude, Juventude, / Primavera de beleza / Da vida na aspreza / O teu canto soa e vai! (tradução nossa). O termo *gogna* se refere a um colar de ferro que se coloca no pescoço dos condenados e também pode significar a pena imputada (DIZIONARIO DI ITALIANO, 2004, p. 1330).

de nação e de povo preconizado: “A música popular foi utilizada, indiretamente, através da indução de artistas a comporem músicas cujas letras fossem adequadas aos interesses do governo” (GARCIA, 1999, p. 157). Segundo Paulo, em sua descrição sobre o culto à figura de Vargas – um herói, salvador, ‘pai dos trabalhadores’, ao mesmo tempo um ‘malandro’ astuto que não permitia que o povo fosse enganado – o objetivo de tornar o ditador o mais popular possível foi proposto em um concurso de músicas:

Em 1940, para comemorar o aniversário do Presidente, é realizado na rádio um concurso de músicas sobre a sua pessoa. A letra vencedora, um samba, traduz bem a dupla imagem popularizada de Getúlio:

‘Se veio ao mundo, foi Deus quem quis

O ‘timoneiro’ que está no leme do meu país

E para que siga o ‘rumo’ certo, meu Brasil

Deus que lhe dê muitos dezanove de Abril’ (PAULO, 1994, p. 65-66, grifos nosso).

Identifico, nos versos, a imagem de timoneiro que apareceu também na propaganda veiculada por meio de material didático italiano. Refiro-me a um livro que circulou na Itália fascista e foi distribuído nas escolas: *‘Il Grande Nocchiero*. O Grande Timoneiro é uma obra dedicada exclusivamente a contar a saga de Mussolini. É dividida em três partes, sendo a primeira intitulada *La Nave Sbandata* (O Navio Inclinado), que configura a Itália antes do *Duce* como dispersa, desorientada moral e ideologicamente. A segunda seção se chama *Il Grande Nocchiero* e fala daquele que operou um milagre, reescrevendo a trajetória desde o Mussolini menino, passando por sua atuação como professor, pedreiro, militar, jornalista, deputado até a sua liderança na marcha sobre Roma. A última parte, *Sulla Sicura Rotta* (Na Rota Segura), evidencia o fascismo como caminho sólido rumo ao futuro.

Considerações Finais

Diante da problemática da fascistização, a análise das relações entre as perspectivas político-culturais e o teor das escritas escolares, nos contextos históricos totalitários brasileiro e italiano, questionou o alcance da propaganda de base ideológica em sua penetração no ambiente escolar e na constituição dos sistemas de ensino. Verificou-se que a propaganda foi amplamente usada como forma de produzir e difundir as concepções e as estratégias de poder que buscavam legitimar o projeto político.

Quanto ao caráter reformador aplicado à organização político-pedagógica e à gestão dos sistemas educacionais nos dois países, as

análises revelam a ênfase no controle, de matiz centralizador e autoritário, tanto no Brasil como na Itália. Mas constataram-se diferenças no uso dos recursos de administração na escola, sendo que, para a disciplinarização dos professores no cenário brasileiro, o serviço de inspeção escolar foi revitalizado, enquanto a organização das escolas italianas foi reforçada com base na atuação dos *presidi* e diretores didáticos, mas reduzindo a inspetoria.

Embora as análises permitam aproximações, há ainda indicações de diferenças, devido às formas como foram sendo elaborados os processos, notadamente quanto às opções político-filosóficas dos agentes das reformas educacionais, às contradições das doutrinas liberais e às práticas políticas de matiz fascizante. Nesse caso, exemplifico com a significativa distinção entre os percursos históricos italiano e brasileiro quanto ao envolvimento na conjuntura de guerra.

Ratificaram-se alguns elementos trazidos por Outhwaite e Bottomore (1996) quanto ao engendramento histórico de um ‘*minimum* fascista’ tanto na Itália como no Brasil, embasado no renascimento nacional através de um ‘Estado Novo’ e na concordância em relação aos modos de organizar e legitimar o poder de um Estado forte, embora nutridos por particularidades culturais de cada país. Ou seja, a comparação indica possibilidades de fascistização da infância em ambos os países, configurada por aspectos ora similares, ora contrastantes, presentes nos escritos escolares, fortalecendo a conceitualização em discussão.

Por fim, proponho a continuidade do diálogo e do debate inspirados nos excertos da escrita de Almeida Moura (2002, p. 5, p. 7), formulados na obra *O Fascismo Italiano e o Estado Novo Brasileiro*, cujo objetivo foi “[...] examinar doutrinariamente o problema, pondo em confronto o regime italiano e o brasileiro [...]”, lembrando que “Cientificamente, porém, é sempre lícito investigar, aceitar aqui, recusar acolá...”.

Fontes documentais

ANDRICH, C. *Foto M. Dal Mas*. [mensagem pessoal] Mensagem recebida 9 abr. 2012.

ATA da Escola Pública Municipal Orestes Guimarães de Ribeirão Grande da Luz, Jaraguá do Sul, 1943.

BRASIL. Departamento Nacional de Propaganda. *O Brasil é bom*. [S.I.: s.n.], 1938. (Não paginado).

BRASIL. *Catecismo Cívico do Brasil Novo*. DNP, 1937.

CADERNO de Gustavo Tank. Massaranduba, 1939.

SANTA CATARINA. *Hymnos Patrioticos e Canções Escolares*. [192-].

SANTA CATARINA. *Organização do Ensino Primário e Normal*, 1942. (Arquivo Público do Estado de Santa Catarina).

SANTA CATARINA. *Lembrança oferecida pelo Departamento de Educação*. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1938. (Desdobrável, 15 x 16,5 cm).

SANTA CATARINA. *Programa de ensino das escolas isoladas das zonas coloniais*. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1926.

SANTA CATARINA. *Os exercicios de gymnastica*. Usados nas escolas publicas do Estado de Santa Catharina, 1920.

SCUOLA ELEMENTARE MISTA COMUNE DI FALCADE. *Pagella Scolastica* di Fiorenha Ganz, Comune di Falcade, Belluno, 1933.

SCUOLA ELEMENTARE ARISTIDE GABELLI. Caderno de Mario Dal Mas. Belluno, 1939.

STORIA DELL'ITALIA ATTRAVERSO LA CANZONE. Falcade: Gravação doméstica, 2012, 1 CD.

TUDO PELO BRASIL. Escola Municipal Luiz Delfino, ago. 1942.

Referências

ALMEIDA MOURA, G. *O Fascismo Italiano e o Estado Novo Brasileiro*. Ed. Ridendo Castigat Mores, 2002. Edição eletrônica. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/fascismoit.html>>. Acesso em: 2002.

AMATO, R. C. F. Villa-Lobos, nacionalismo e canto orfeônico: projetos musicais e educativos no Governo Vargas. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n. 27, p. 210-220, set. 2007.

ANGULO, K. M. O conteúdo emocional de três cadernos escolares do franquismo. In: MIGNOT, A. C. V. (Org.). *Cadernos à vista: escola, memória e cultura escrita*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008. p. 205-221.

BOMENY, H. M. B. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: PANDOLFI, D. (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999. p. 137-166.

CAMPOS, F. *O Estado nacional*. eBooksBrasil.com. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/chicocampos.pdf>>. Acesso em: 2002.

CASSESE, S. *Lo Stato fascista*. Bologna: il Mulino, 2010.

CORREA, J. J. Educação comparada: um esboço para compreender as fronteiras e os limites da comparação. *Visão Global*, Joaçaba, v. 14, n. 2, p. 251-271, jul.-dez. 2011.

DE FELICE, R. *Il fascismo: Le interpretazioni dei contemporanei e degli storici*. Roma-Bari: Laterza, 2008.

DE FELICE, R. *Breve storia del fascismo*. Milano: Mondadori, 2011.

DE GRAND, A. J. *L'Italia fascista e La Germania nazista*. Bologna: il Mulino, 2005.

DIZIONARIO DI ITALIANO. Roma: Gruppo Editoriale L'Espresso SpA, 2004. v. 4.

FERREIRA, A. B. H. *Pequeno dicionário brasileiro da língua portuguesa*. 10. ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1963.

GARCIA, N. J. *Estado Novo, ideologia e propaganda política: a legitimação do Estado Autoritário perante as classes subalternas*. Rio da Janeiro, 1999. eBooksBrasil.com.

Disponível

em:

<<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/manipulacao.html>>. Acesso em: 2005.

GENOVESI, G. (a cura di). *C'ero anch'io! A scuola nel Ventennio Ricordi e riflessioni*. Napoli: Liguori, 2010.

GERTZ, R. E. *O fascismo no sul do Brasil: germanismo, nazismo, integralismo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

HORTA, J. S. B. A Educação na Itália Fascista: as reformas Gentile (1922-1923). *História da Educação*, Pelotas, v. 12, n. 24, p. 179-223, jan./abr. 2008.

MANACORDA, M. A. La mia scuola sotto il Fascismo. In: GENOVESI, G. (a cura di). *C'ero anch'io! A scuola nel Ventennio Ricordi e riflessioni*. Napoli: Liguori, 2010. p. 27-47.

MÜLLER, T. L. *Nacionalização e imigração alemã*. São Leopoldo: Unisinos, 1994.

OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

PANDOLFI, D. (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

PAULO, H. *Estado novo e propaganda em Portugal e no Brasil: O SPN/SNI e o DIP*. Coimbra: Livraria Minerva, 1994.

PEIXOTO, A. V. A. *Getúlio Vargas, meu pai*. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 1960.

RODRIGUES, E. (Org.). *Documentos sobre Fascismo e Anti-Fascismo no Brasil*. e-BooksBrasil, 2006.

SANTOS, A. V. A política educacional nacionalista e o aspecto linguístico: vestígios na escola primária. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 90, n. 225, p. 511-527, maio/ago. 2009.

SANTOS, A. V. Lo Stato Nuovo brasiliano (1937-1945) e la formazione scolastica dell'infanzia: il fascismo 'goccia a goccia'. *History of Education & Children's Literature*, Macerata, v. 1, p. 315-336, 2010.

SCARZANELLA, E. *Fascisti in Sud America*. Firenze: Le Lettere, 2005.

SCHWARTZMAN, S.; BOMENY, H. M. B.; COSTA, V. M. R. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: EdUSP, 1984.

SEYFERTH, G. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFI, D. (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999. p. 199-228.

TACCHI, F. *Fascismo*. Firenze/Milano: Giunti, 2011.

THE INTERNATIONAL ENCYCLOPEDIA OF EDUCATION. 2. ed. Exeter: BPC Wheatons Ltd., 1994.

TRENTO, A. Dovunque è um italiano, là è il tricolore. La penetrazione Del fascismo tra gli immigrati in Brasile. In: SCARZANELLA, E. (a cura di). *Fascisti in Sud America*. Firenze: Le Lettere, 2005. p. 1-54.

VELLOSO, M. P. Cultura e poder político: uma configuração do campo intelectual. In: OLIVEIRA, L. L.; VELLOSO, M. P.; GOMES, A. M. C. (Org.). *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p. 71-108.

Endereço para correspondência

Ademir Valdir dos Santos
Avenida Jorge Lacerda, 1830
Apto. 301-A
Costeira do Pirajubaé
Florianópolis – SC
CEP 88047-001
E-mail: ademir.santos@ufsc.br

Recebido em: 2 maio 2013
Aprovado: 5 ago. 2013